



O processo de endividamento público brasileiro e seus impactos sobre os direitos sociais

Maria Lucia Fattorelli

Seminário da Dívida Pública – Rio de Janeiro, 15 de junho de 2012

Crédito fácil, sobre o qual são feitas apostas

SUPERENDIVIDAMENTO e INADIMPLÊNCIA
(Maior *SPREAD* do mundo)



JUROS



DÍVIDA

Serviços Públicos

TRIBUTOS

Especulação
e Prejuízos

Compra de títulos públicos

Salvamento bancário



DÍVIDA: impede a vida digna e o atendimento aos direitos humanos

De onde veio toda essa dívida?

Quanto tomamos emprestado e quanto já pagamos?

O que realmente devemos?

Quem contraiu empréstimos?

Onde foram aplicados os recursos?

Quem se beneficiou?

Qual a responsabilidade dos credores e organismos internacionais nesse processo?



A AUDITORIA IRÁ RESPONDER

CONCEITOS

Dívida Pública

Dívida Interna



Dívida Externa

MULTILATERAL

BILATERAL

COMERCIAL:

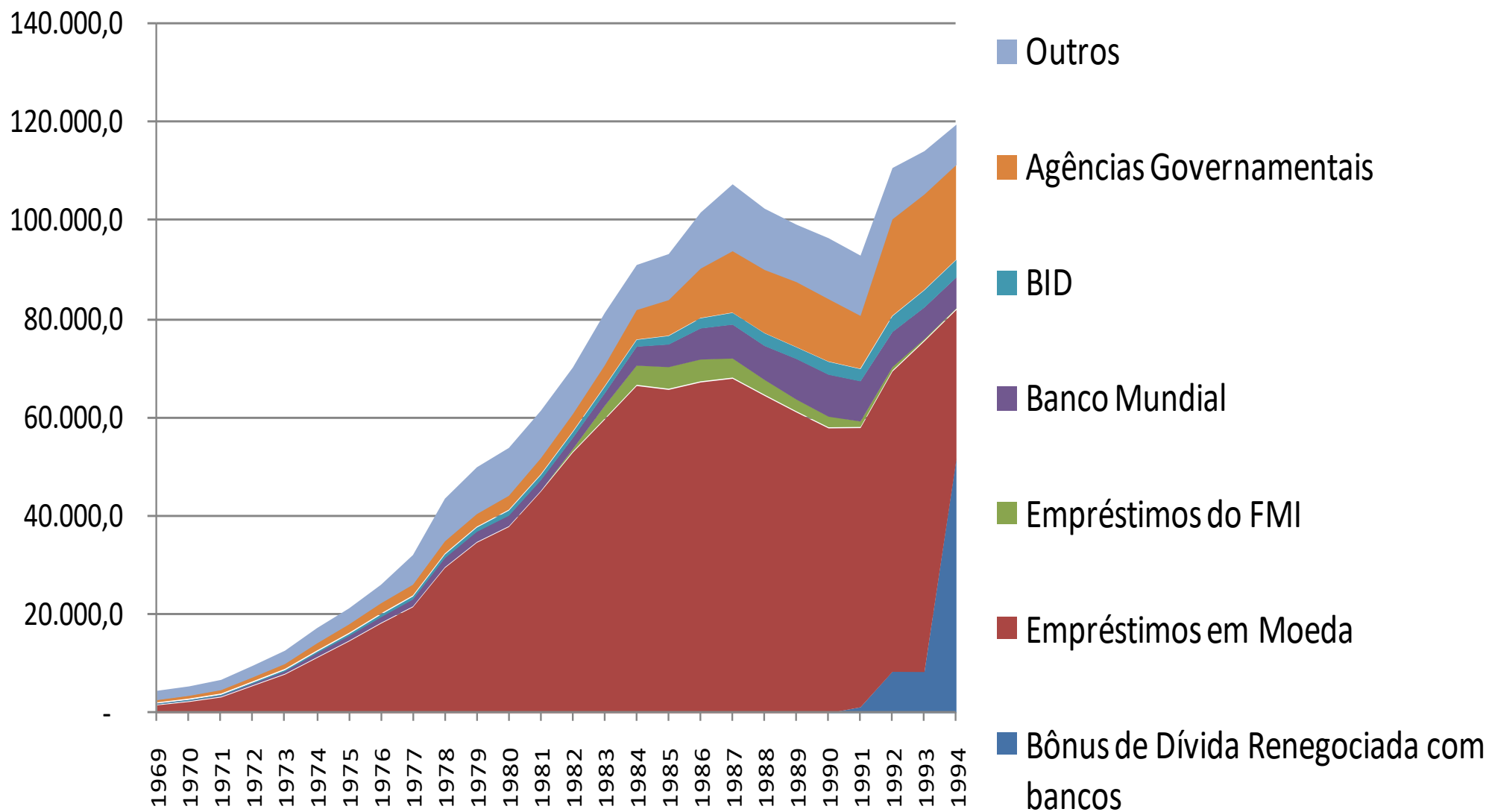
Dívida Externa com Banca Privada
Internacional

PRIVADA *

DÍVIDA SOBERANA

BRASIL:

Dívida Externa Registrada no Banco Central – US\$ milhões – 1969 a 1994



PAPEL DA DÍVIDA PÚBLICA

- Instrumento de financiamento do Estado
- Aportar recursos ao Estado

PAPEL USURPADO

- Instrumento do Poder financeiro que utiliza a dívida pública como um mecanismo de transferência de recursos do setor público para o setor financeiro privado

O QUE BREVE ANÁLISE HISTÓRICA MOSTRA?

PAPEL DA DÍVIDA EXTERNA

Década de 70

- Fim da paridade dólar/ouro
- Elevação do preço do petróleo
- Excesso de liquidez
- Abundante oferta de empréstimos
- Taxas de juros internacionais: PRIME e LIBOR (5 % a.a.)
- Forte crescimento do endividamento externo em quase todos os países do Terceiro Mundo
- Ditaduras Militares
- 1979: elevação das taxas de juros internacionais

Excesso de liquidez >>> Dívida Externa

PAPEL DA DÍVIDA EXTERNA

Década de 80:

- Taxas de juros internacionais alcançam 20,5 % a.a. em 1981
- Crise
- Articulação FMI, Bancos Privados Internacionais, Club de Paris
- 1983: 1º Acordo com FMI
- 1983: Acordo com Bancos Privados Internacionais
- 1983: Acordo com credores do Club de Paris
- Sucessivas negociações; transferência de dívidas para o BC
- Cláusulas ilegais; condições onerosas; comissões extorsivas; ausência de conciliação de cifras
- 1988: Forte indício de Nulidade (US\$ 60 bilhões)

Crise da Dívida provocada pelos bancos privados internacionais abre espaço para federalização de dívidas privadas para o Banco Central e para a intervenção do FMI: década 'perdida'

PAPEL DA DÍVIDA EXTERNA

Década de 90:

- Suspeita de prescrição – “Estatuto de Limitações”
- Plano **Brady**: conversão da dívida contratual em bônus, abrindo mão da recompra no mercado secundário
- Justificativa para as Privatizações
- Utilização dos bônus Brady como moeda
- Plano Real: Livre fluxo de capitais, juros internos elevadíssimos, atualização automática para a dívida pública,
- Transformação da face da dívida: de externa para “interna”
- Acelerada emissão de bônus ‘soberanos’

http://www.stn.fazenda.gov.br/divida_publica/downloads/soberanosinternet.xls

Dívida: Mecanismo financeiro de transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado

FALTA DE TRANSPARÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA

- **Resolução nº. 98, aprovada em 23 de dezembro de 1992**
- Mensagem Presidencial Nº. 707 recebida no Senado em 16.11.1992 (MSF 357) - um mês após a morte de Ulisses Guimarães e Severo Gomes, e em meio ao julgamento do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, e sucessivas substituições de ministros da Fazenda.
- Resolução nº. 98/92 foi aprovada em poucas semanas, às vésperas do Natal, no dia 23.12.1992, com voto em separado, contrário, do Senador Eduardo Suplicy, também vencidos os senadores Ruy Bacelar, Pedro Teixeira e Nelson Wedekin

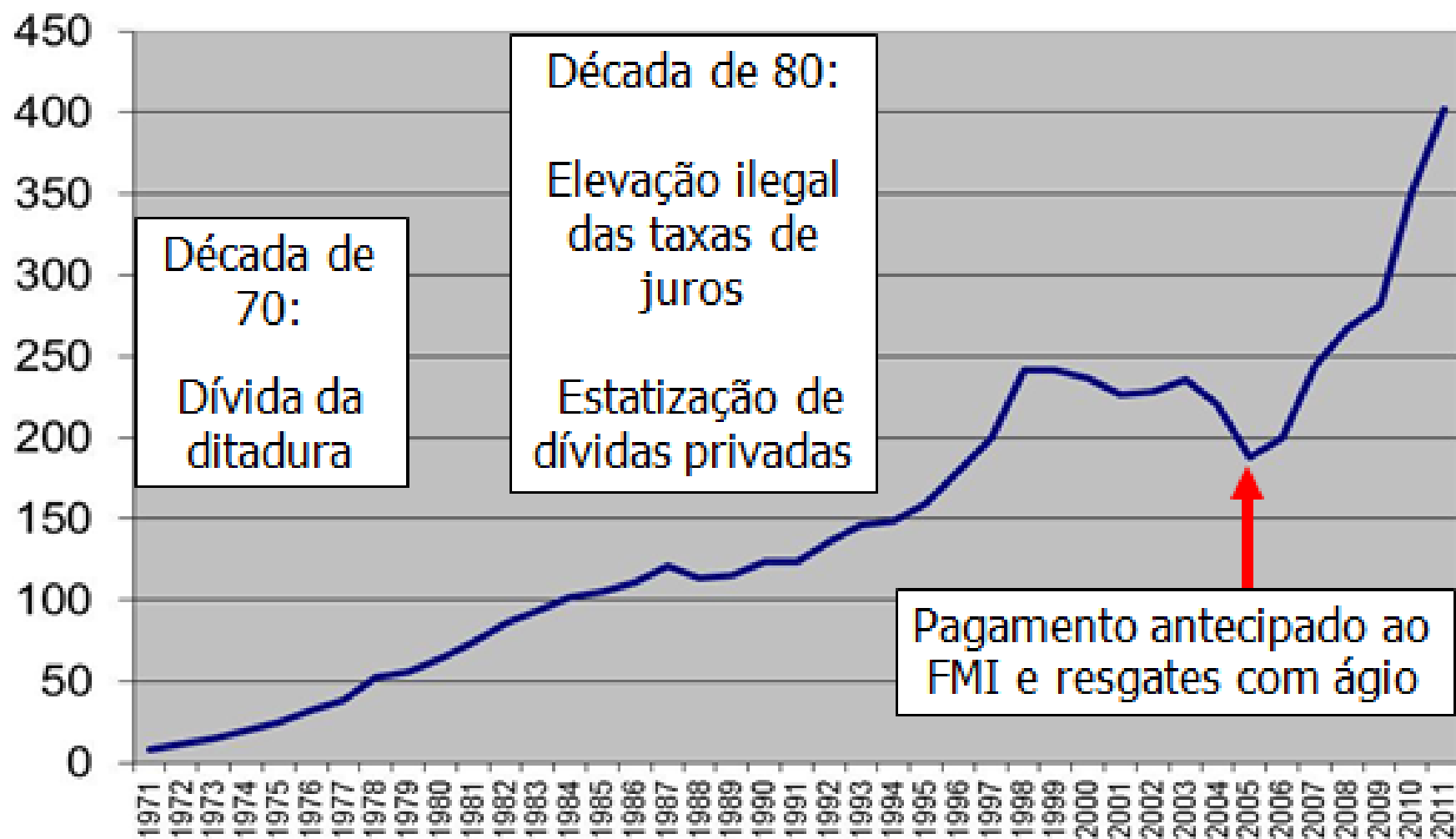
PLANO BRADY: conversão de US\$ 57 bilhões
Apesar das ilegalidades e da suspeita de prescrição da dívida externa com bancos privados internacionais

PAPEL DA DÍVIDA EXTERNA 2000-2012

- Aprofundamento do aparato legal de privilégios para dívida
- Cláusulas de ação coletiva
- Recompra de títulos da dívida externa com ágio
- Administração por “benchmark”
- Pagamento antecipado ao FMI com emissão de dívida interna
- Transformação de dívida externa em “interna”
- Elevação da dívida externa ‘privada’

**Mecanismos financeiros de transferência de recursos públicos
para o setor financeiro privado**

Dívida Externa (US\$ bilhões)



Comissões Investigativas no Congresso Nacional

Relatórios resgatados pela assessoria à CPI/2009	Parlamentares e Resultado
CPI da Câmara dos Deputados destinada a " <i>apurar as causas e consequências da dívida brasileira e o Acordo com o FMI</i> ". Instituída pelo Requerimento Nº 8/83. Instalada em 16/08/1983.	Presidente: Dep. Alencar Furtado Relator: Dep. Sebastião Nery Relatório Final aprovado em setembro de 1984
Comissão Especial do Senado Federal para a Dívida Externa, destinada a " <i>examinar a questão da dívida externa brasileira e avaliar as razões que levaram o Governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno</i> ". Instituída pelo Requerimento nº 17, de 1987. Instalada em 14/04/1987.	Presidente: Senador Carlos Chiarelli Relator: Senador Fernando Henrique Cardoso Relatório Final aprovado em 23 de agosto de 1989.
Comissão Mista destinada " <i>ao exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento brasileiro, para cumprir a missão constitucional – Art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias</i> ". Instalada em 11/04/1989.	Presidente: Dep. Waldeck Ornelas Relator: Senador Severo Gomes Relatório Parcial aprovado em 9 de agosto de 1989
	Relator: Dep. Luiz Salomão Parecer Final apreciado em 5 de setembro de 1989, NÃO VOTADO

COMISSÃO MISTA DE 1989

"Sem qualquer sombra de dúvida, aqui está o ponto mais espantoso dos Acordos ... Esta cláusula retrata um Brasil de joelhos, sem brios poupados, inerme e inerte, imolado à irresponsabilidade dos que negociaram em seu nome e à cupidez de seus credores ... Este fato, de o Brasil renunciar explicitamente a alegar a sua soberania, faz deste documento talvez o mais triste da História política do País. Nunca encontrei ... em todos os documentos históricos do Brasil, nada que se parecesse com esse documento, porque renúncia de soberania talvez nós tenhamos tido renúncias iguais, mas uma renúncia declarada à soberania do País é a primeira vez que consta de um documento, para mim histórico. Este me parece um dos fatos mais graves, de que somos contemporâneos."

(Senador Severo Gomes)

COMISSÃO MISTA DE 1989

Relatório Final - Dep. Federal Luiz Salomão

- Factibilidade de reduzir o montante da dívida externa
- Deduzir do principal consignado pelos bancos que emprestaram a juros flutuantes o excedente, avaliado em simulações feitas pelo Banco Central, que variavam de 34 a 62 bilhões de dólares, na época.
- Retomar as investigações e os processos judiciais tendentes a recuperar as perdas provenientes de fraudes e negócios ilícitos
- Responsabilizar penalmente os responsáveis internos e os cúmplices externos
- Repatriar as divisas evadidas clandestinamente.

COMISSÃO MISTA DE 1989

"Manobras impediram que o relatório fosse votado na Comissão Mista ...

Sem o apoio da maioria da Comissão, o parecer foi levado a exame do Plenário do Congresso ...

os partidos majoritários na Câmara e no Senado optaram pela omissão."

(Dep.Fed. Luiz Salomão)

DÍVIDA “INTERNA”

PLANO REAL

Abertura comercial

Liberdade de fluxo de capitais

Elevadas taxas de juros

CONVERSÃO DE DÍVIDA EXTERNA EM DÍVIDA INTERNA

PROER Socorro aos bancos (Federal) PROES (Estadual)

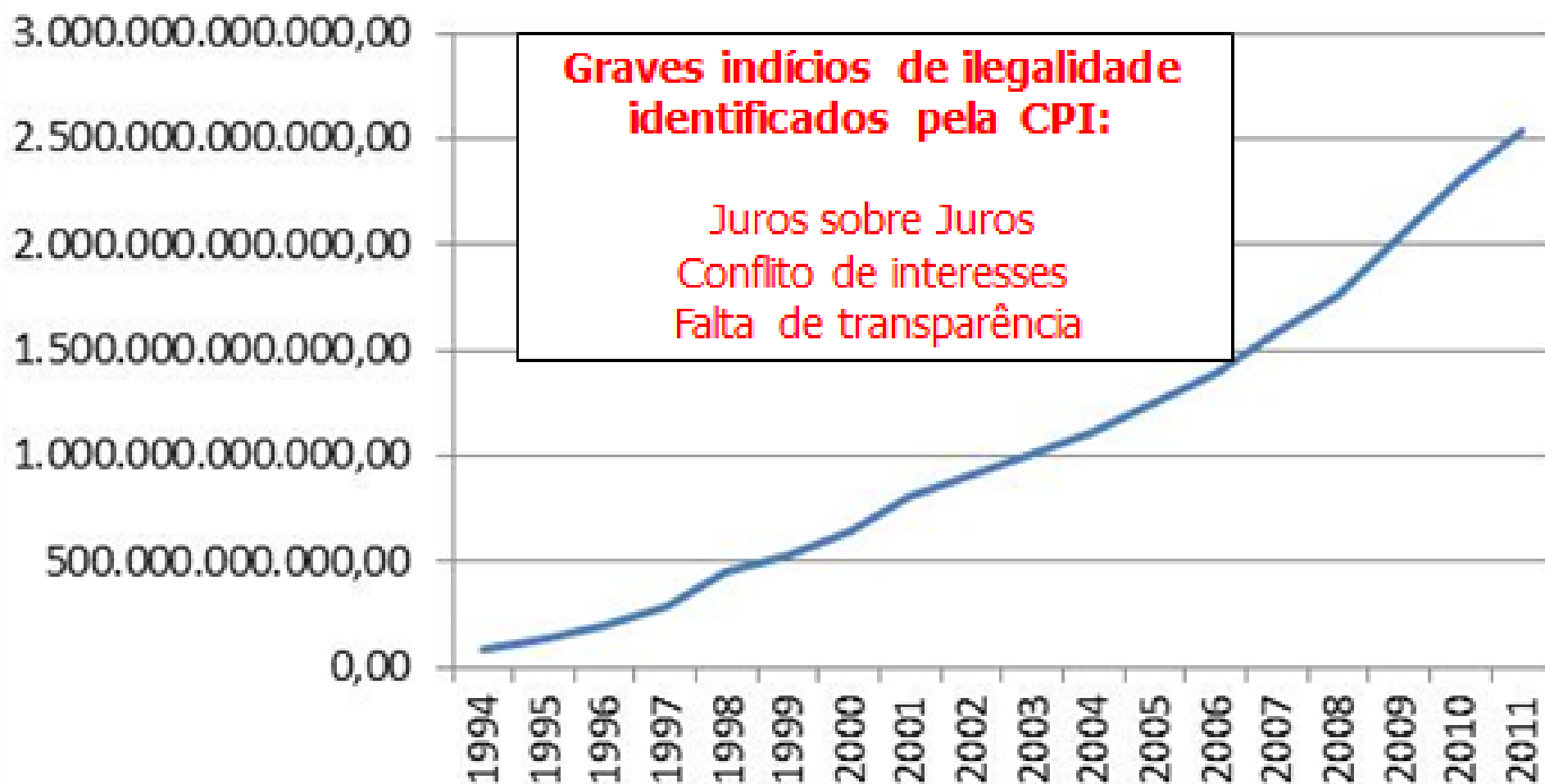
RENEGOCIAÇÃO DÍVIDAS DOS ESTADOS

JUROS ELEVADOS e JUROS SOBRE JUROS

EMIÇÃO DE DÍVIDA PARA PAGAR JUROS

COMPRA DE RESERVAS COM EMISSÃO DE DÍVIDA

Dívida Interna (R\$)



A RECENTE QUEDA DA TAXA SELIC

Dia 19/04/2012: Selic reduzida a 9% a.a., mas títulos foram vendidos a 10,78% a.a. pelo Tesouro Nacional



INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS A OPERAR COM A CODIP E COM O DEMAB **DEALERS**

Período de Avaliação: 10/02/2012 a 31/07/2012

BCO BRADESCO S A
BCO BTG PACTUAL S A
BCO CITIBANK S A
BCO DO BRASIL S A/MERCADO
BCO J P MORGAN S A
BCO SANTANDER (BRASIL) S A
BCO VOTORANTIM S A
CAIXA ECONOMICA FEDERAL/MERCADO
CM CAPITAL MARKETS CCTVM LTDA
HSBC BANK BRASIL S A - BANCO MULTIPLO
ITAU UNIBANCO S A
RENASCENCA DTVM LTDA/BRAD

Referência Legal:

Decisão-Conjunta 18, de 10/02/2010, Ato Normativo Conjunto 26 de 08/02/2012 e Ato Normativo Conjunto 27 de 08/02/2012.

Números da Dívida Federal

Em 31/12/2011:

Dívida Externa = US\$ 402 bilhões (R\$ 692 bilhões a 1,72)

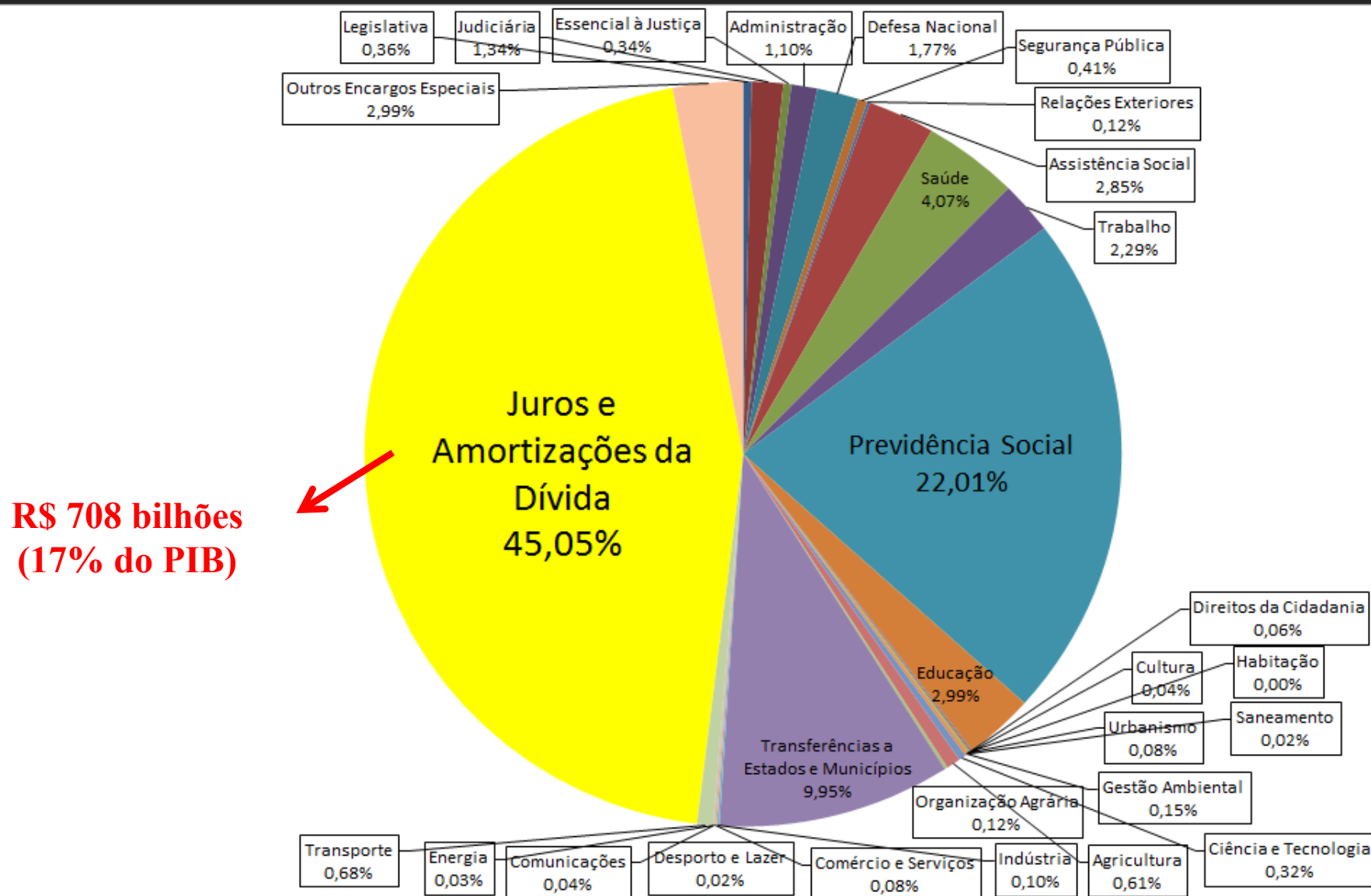
Dívida Interna = R\$ 2,5 trilhões

Dívida Brasileira = R\$ 3,2 trilhões ou 78% do PIB

Artifícios utilizados para “aliviar” o peso dos números:

- Dívida “Líquida”
- Juros “reais”
- Atualização contabilizada como se fosse Amortização
- Exclusão da Dívida Externa “Privada”
- Comparação Dívida Líquida/PIB Brasil

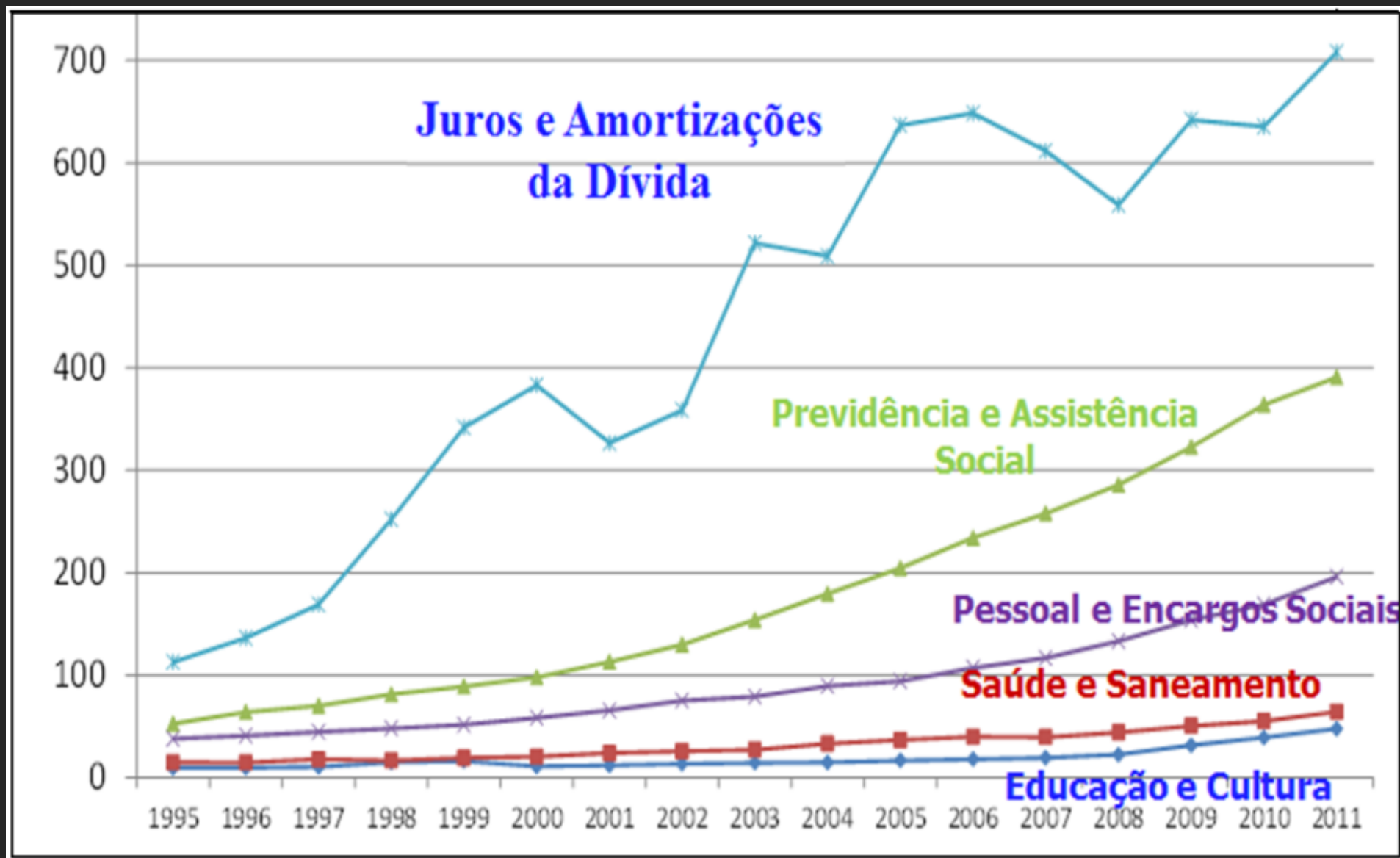
Orçamento Geral da União – Executado em 2011 – Total = R\$ 1,571 trilhão



Nota: Inclui o "refinanciamento" ou "rolagem", pois a CPI da Dívida constatou que boa parte dos juros são contabilizados como tal.

Fonte: SIAFI / Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida, **OBEDECENDO-SE O PRINCÍPIO DA UNICIDADE ORÇAMENTÁRIA**

Orçamento Geral da União – Gastos Seleccionados (R\$ milhões)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - SIAFI. Inclui a rolagem, ou “refinanciamento” da Dívida

Recursos que financiam o “Sistema da Dívida”

SUPER ESTRUTURA LEGAL – O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA

Constituição Federal

Dívida para pagar dívida: Exceção no Art. 166, § 3º, II, “b”

Ver “Anatomia de uma Fraude à Constituição”

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

Elaboração parte das Metas de Superávit Primário

Garantia de atualização automática mensal para a dívida

Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000

Limites para gastos públicos

Ausência de limites para o custo da Política Monetária. Transfere ao Tesouro Nacional esse custo quando negativo

OUTRAS FONTES não-tributárias

Lucros das estatais distribuídos ao governo, Privatizações,

Dívidas pagas pelos Estados e Municípios

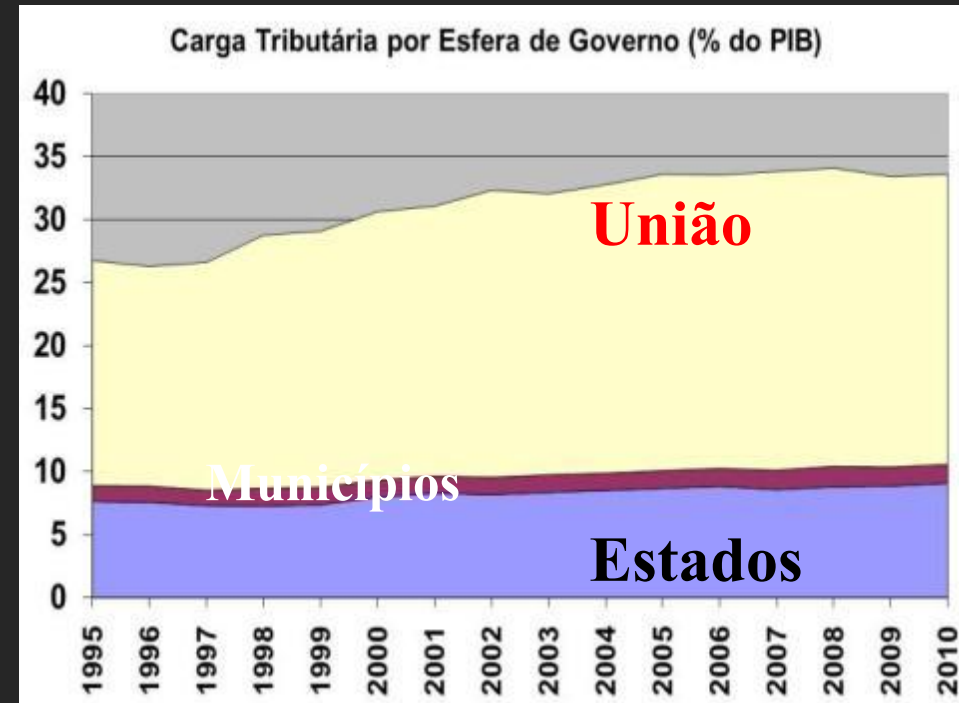
Desvinculação de recursos específicos de outras áreas (MP 435 e 450)

Dívida dos Estados

- **“Sistema da Dívida”**
- **Endividamento sem contrapartida**
- **Mecanismos financeiros exaurem recursos públicos**
- **Justificativa para:**
 - **Privatizações**
 - **Assunção de dívidas de bancos – PROES, PROER**
- **Fraudes**
- **SACRIFÍCIO SOCIAL**

SITUAÇÃO DOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO

- Concentração da arrecadação tributária na esfera federal
- Reduzidas transferências legais para Estados e Municípios
- Subtração de receitas dos entes federativos para o pagamento de dívidas renegociadas pela União



Fonte: Secretaria da Receita Federal e CONFAZ. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

SURGIMENTO DA DÍVIDA DOS ESTADOS

ORIGEM:

- Governo militar centralizou a gestão tributária na União e esvaziou governos sub-nacionais
- Endividamento dos Estados: Incentivado pela União para financiar o déficit público gerado pela política tributária (Lei 7.614/87 autorizou operações de crédito interno à conta e risco do Tesouro Nacional, mediante suprimento específico adiantado pelo Banco Central)
- Estados sofrem impacto das políticas impostas pelo FMI a partir de 1983

NECESSIDADE DE AUDITORIA:

- Maioria das Resoluções do Senado das décadas de 70 e 80 - que autorizaram endividamento dos estados - sequer mencionam o Agente Credor
- Diversas sequer mencionam a finalidade do empréstimo

FINANCIAMENTO DA DITADURA?

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DOS ESTADOS

- Impacto da política monetária federal, principalmente juros altos

Relatório Final da CPI da Dívida Pública – Maio / 2010

(aprovado pela base do governo e pelo PSDB)

"30. O comportamento das dívidas estaduais, antes de sua assunção pelo governo federal, foi afetado de maneira decisiva pela política de juros reais elevados implantada após o Plano Real e tornou inevitável um novo programa de refinanciamento, desta vez em caráter definitivo."

NECESSIDADE DE AUDITORIA

Ilegalidades e Ilegitimidades

- **Juros sobre Juros = Anatocismo. Ilegal. Súmula 121 do STF**
- **Ausência de autorização pelo Senado: Relatório Final da CPI dos Precatórios:** “apenas o Estado e o Município de São Paulo haviam pedido autorização para emissão de títulos destinados ao pagamento dos precatórios judiciais com fundamento no dispositivo constitucional do art. 33 do ADCT ...”
- **TCE de Minas Gerais confirmou que não audita a dívida:** TCE apenas fez análises dos valores pagos e projeções para o futuro; não auditou as dívidas que deram origem à renegociação de 1998, e nem faz análise dos fatores que motivaram a evolução da dívida (atualização monetária, juros, amortizações) conforme Ofício 4214/2012/SP, de 20/4/2012
- **Ausência de alternativa:** Decreto no 2.372/97 proibiu a realização de operações de crédito com instituições financeiras federais
- **Dano Financeiro e Patrimonial: Custo excessivo**

REFINANCIAMENTO PELA UNIÃO – Lei 9.496/97

- Condicionado a Programa de Ajuste Fiscal (PAF)
- Condicionado à Privatização do patrimônio dos estados (PED)
- Condicionado ao “saneamento” de Bancos que seriam privatizados (PROES). Dívida do PROES correspondeu a 55% do valor refinanciado
- **Dívidas Mobiliárias** corresponderam a 59% do montante refinanciado:
 - IGNORADAS as denúncias de fraudes comprovadas pela CPI dos Precatórios, que revelou o envolvimento de 161 instituições financeiras em processos de emissão fraudulenta de dívidas mobiliárias por estados e municípios
 - IGNORADO O BAIXÍSSIMO VALOR DE MERCADOS DAS DÍVIDAS MOBILIÁRIAS REFINANCIADAS POR 100% DO VALOR NOMINAL

DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

ESTOQUE REFINANCIADO
Lei 9.496/97

R\$ 113,18 bilhões, sendo
55% = PROES
59% = dívidas mobiliárias

ESTOQUE em 31/12/2011

R\$ 396,70 bilhões

Crescimento de quase 300%, apesar do pagamento de R\$ 170 bilhões no período, apesar do rigoroso cumprimento dos ajustes fiscais, e apesar da perda do patrimônio público estadual

Crescimento do endividamento dos Estados com o BANCO MUNDIAL para pagar a dívida refinanciada pela União

DANO: CONDIÇÕES EXTREMAMENTE ONEROSAS

Dívida Interna Total de MG	
Estoque em 1998, após refinanciamento pela União	R\$ 18.500.000.000,00
Dívida Interna Total de MG, computando-se os pagamentos efetuados	
Estoque em 31/12/2011 http://www4.bcb.gov.br/fis/dividas/lestados.asp	R\$ 66.810.020.404,51
Dívida Interna Total de MG, se aplicada outra condição financeira desde o início do acordo com a União. Computados os pagamentos efetuados	
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado TJLP	10.389.018.129,77
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado IPCA	2.194.301.801,64
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado IPCA + juros reais de 2% a.a.	9.325.216.480,38
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado juros nominais fixos de 6%	-1.596.367.620,67

ARGUMENTO DO GOVERNO FEDERAL

“A redução dos pagamentos dos estados comprometerá as finanças federais”

PORÉM...

Art. 12 da Lei 9.496/1997: *A receita proveniente do pagamento dos refinanciamentos concedidos aos estados e ao Distrito Federal, nos termos desta Lei, será integralmente utilizada para abatimento de dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.*

**A SOLUÇÃO PARA A DÍVIDA DOS ESTADOS PASSA
TAMBÉM PELA AUDITORIA DA DÍVIDA FEDERAL**

ESTADOS SE ENDIVIDAM COM BANCO MUNDIAL

- para pagar à União
- para implementar medidas anti-sociais

ASSESSORIA DO BANCO MUNDIAL PARA FUNDOS DE PENSÃO NACIONAL E SUBREGIONAIS

Projeto: BR State Pension Reform TAL II (P089793)

Valor: US\$ 5 milhões

Objetivo: “*Significativas reduções dos custos das aposentadorias*”

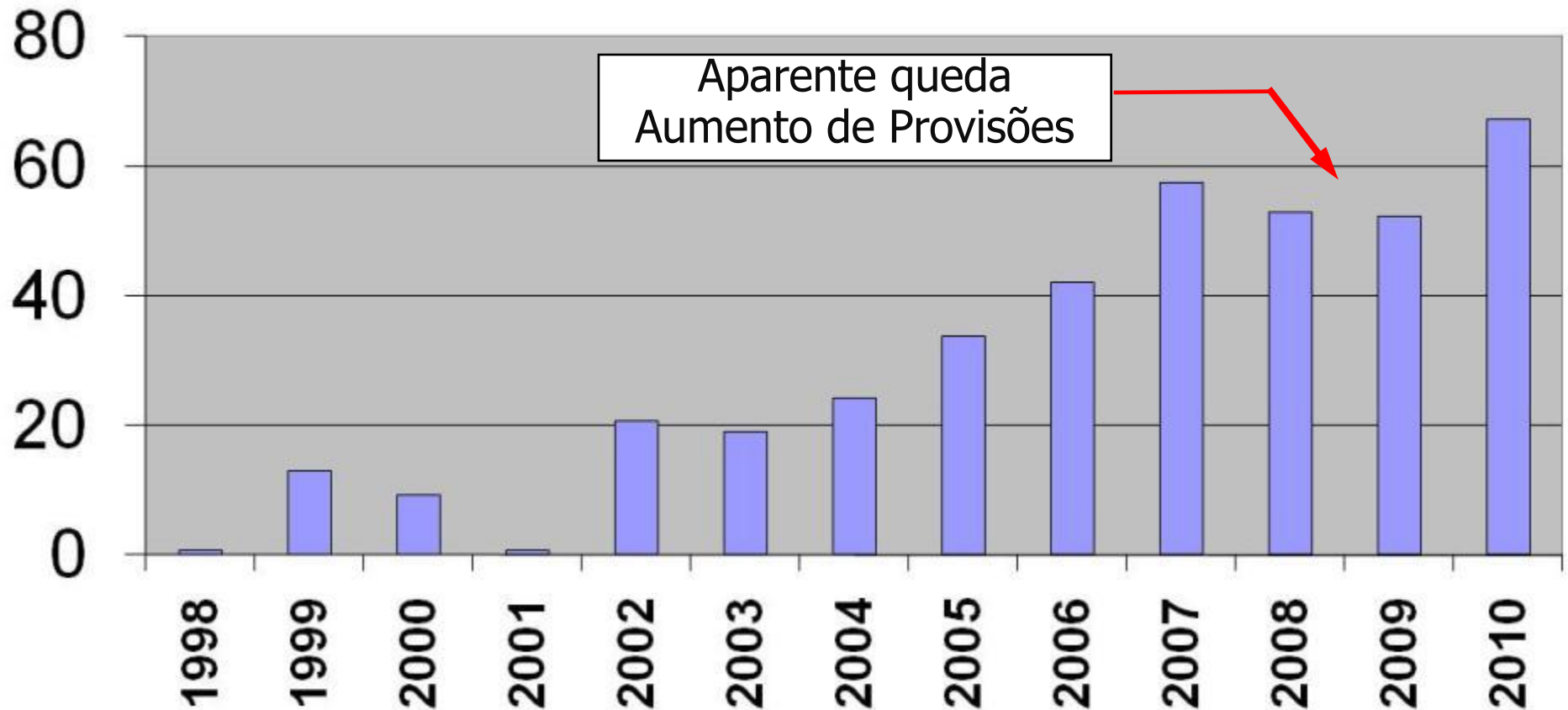
Estados que já manifestaram interesse em participar: 23 Estados

Recursos liberados para 18 Estados:

RN	AP	RS	DF	RR
PE	SE	MG	ES	AC
PB	SP	MS	BA	
CE	SC	GO	TO	

QUEM GANHA E QUEM PERDE

Lucro dos Bancos (R\$ bilhões)





PARADOXO BRASIL

- **6ª Economia Mundial**
- **3ª Pior distribuição de renda do mundo**
- **84º no ranking de respeito aos Direitos Humanos - IDH**

AUDITORIA DA DÍVIDA

Prevista na Constituição Federal de 1988

Plebiscito popular ano 2000 realizado no contexto da Terceira Semana Social: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidadada.org.br

CPI da Dívida Pública

Passo importante, mas ainda não significa o cumprimento da Constituição

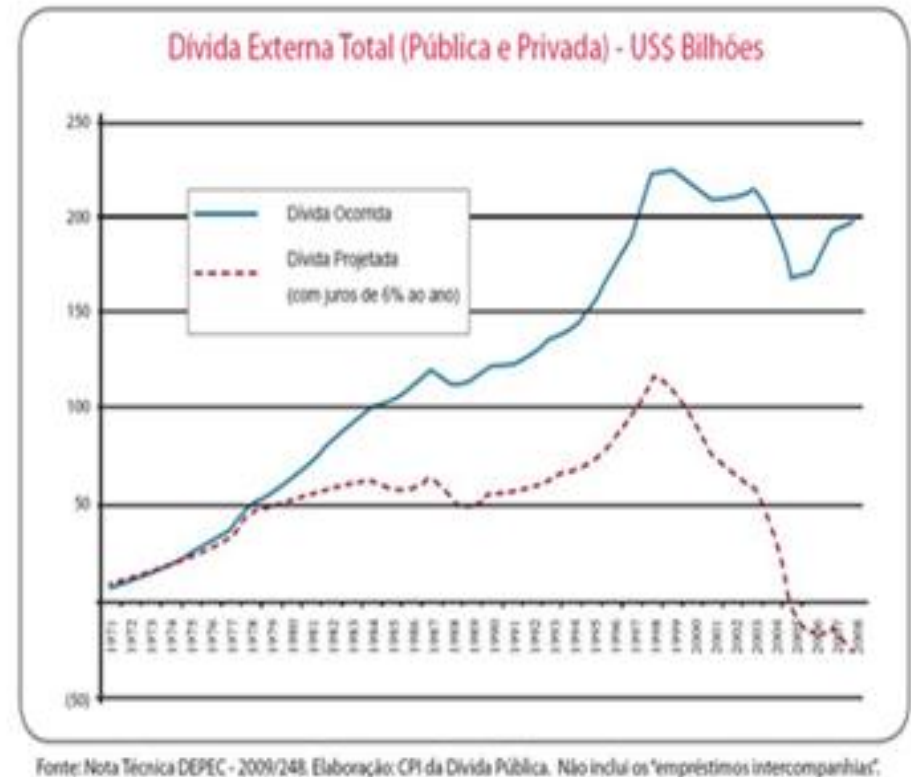
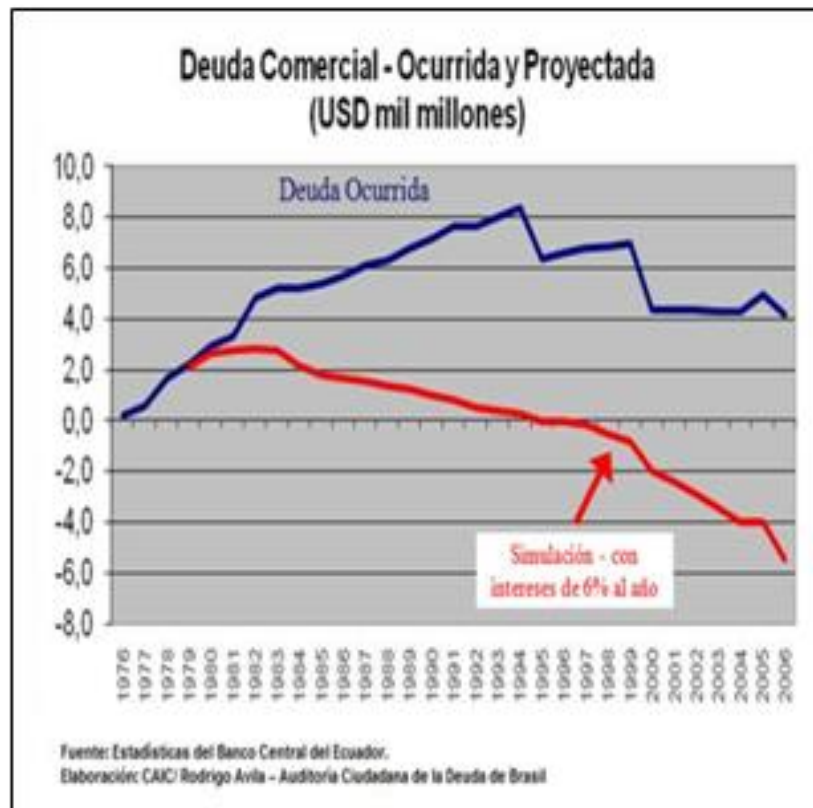
AUDITORIA DA DÍVIDA

Instrumento técnico, mas não somente contábil

Permite explicar os mecanismos que geram o endividamento “público”

CAIC - ECUADOR

CPI - BRASIL



AUDITORIA DE DÍVIDA

Instrumento que evidencia as razões do crescimento exponencial da dívida

SALVAMENTO BANCÁRIO

•Brasil

- Anos 80 e 90
 - PROER
 - PROES
- Taxas de Juros mais elevadas do mundo
- Retirada do “excesso” de moeda em poder dos bancos mediante entrega de títulos de dívida, quando se poderia aplicar controle de capitais

➤ **Equador:** desde anos 80

➤ **Países Europeus e Estados Unidos**

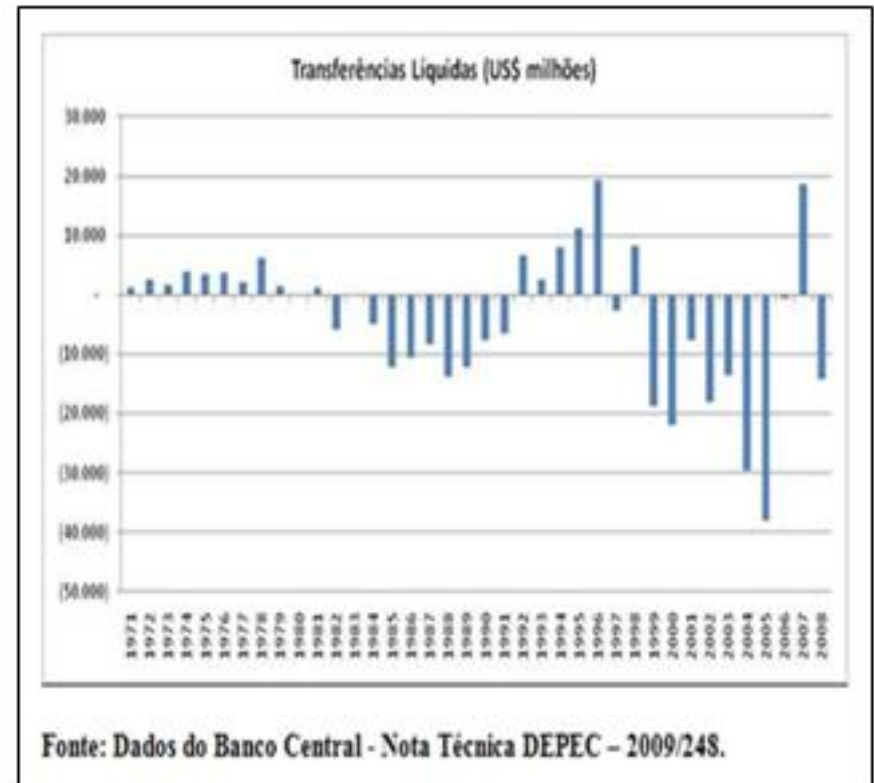
AUDITORIA DA DÍVIDA

Instrumento que mostra a usurpação do “endividamento público” pelo sistema bancário internacional

ECUADOR



BRASIL



AUDITORIA DA DÍVIDA

Revela a instrumentação jurídica do estado em benefício da banca privada

Privilégios para o pagamento da dívida pública antes de qualquer outro gasto do Estado. Aparato legal implementado em quase todos países endividados.

Exemplos:

- LEI DE “RESPONSABILIDADE” FISCAL
- Privilégios Tributários para a banca privada e para os rentistas que especulam com bônus de dívida soberana



AUDITORIA DA DÍVIDA

REVELA A INSTRUMENTAÇÃO ECONÔMICA

DO PAÍS

Justificativa para Política Econômica equivocada:
círculo vicioso

AUDITORIA DA DÍVIDA

REVELA A INSTRUMENTAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO

DITADURAS MILITARES NA AMÉRICA LATINA

- Propiciaram o endividamento privado com a banca privada internacional em larga escala e sua posterior transferência ao Estado
- Repressão, violência
- Desaparecimento de lideranças políticas autênticas
- Ausência de transparência das operações financeiras

IMPOSIÇÕES do FMI

- Interferência em temas internos do país

EUROPA: TECNOCRACIA NO LUGAR DE DEMOCRACIA

AUDITORIA DA DÍVIDA

REVELA A ESPECULAÇÃO que BENEFICIA AOS BANCOS

Especulação no mercado secundário: quanto mais baixo o preço, mais elevado o *yield* conforme exemplo com bônus de Grécia:

	Valor Nominal	Preço de Mercado	Taxa de Juros	Valor dos Juros	<i>yield</i> Rendimento Efetivo	Cálculo
Exemplo 1	€1.000	60% = €600	7%	€70	11.67%	$70 \times 100 / 600 = 11.67\%$
Exemplo 2	€1.000	€167	6.25%	€62.50	37.43%	$62.50 \times 100 / 167 = 37.43\%$

Compensação de perdas contábeis pelos bancos privados e demais instituições financeiras em seus balanços

EQUADOR – Lição de Soberania

Comissão de Auditoria Oficial criada por Decreto

- **Em 2009:** Proposta Soberana de reconhecimento de no máximo 30% da dívida externa representada pelos Bônus 2012 e 2030
- 95 % dos detentores aceitaram a proposta equatoriana, o que significou anulação de 70% dessa dívida com os bancos privados internacionais
- Economia de US\$ 7,7 bilhões nos próximos 20 anos
- Aumento gastos sociais, principalmente Saúde e Educação

DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Situação inaceitável para a 6a. Maior economia do mundo

Saúde Pública: Filas, Mortes sem atendimento, Insuficiência de leitos e UTI, Falta de médicos e profissionais de saúde, Baixos salários, Condições de trabalho aviltantes, Falta de materialidade

Educação: Ausência de políticas educacionais efetivas; Salários irrisórios para professores, apesar da sobrecarga de trabalho, provocando queda na qualidade do ensino básico; Insuficiência de vagas nas Universidades

Déficit Habitacional de 8 milhões de moradias, além de 11,2 milhões de domicílios inadequados (Fonte: Fundação João Pinheiro, 2007)

DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Pobreza: 40,4 milhões de pobres (2009) — Fonte IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915

Fome: 9,6 milhões de famintos (2009) Fonte IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915

Analfabetismo: 20,3% da população brasileira com mais de 15 anos são analfabetos funcionais (Fonte: PNAD 2009)

Taxa de Desemprego: 12% nas Regiões Metropolitanas (Fonte: DIEESE, 2010)

CPI DA DÍVIDA – CÂMARA DOS DEPUTADOS

Criada em Dez/2008 e Instalada em Ago/2009, por iniciativa do Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)

Concluída em 11 de maio de 2010

Identificação de graves indícios de ilegalidade da dívida pública da União, Estados e Municípios

Momento atual: investigações do Ministério Público

NECESSIDADE DE AMPLA DIVULGAÇÃO E CONHECIMENTO

EXIGIR A COMPLETA INVESTIGAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

CONCLUSÃO

Instrumento do endividamento público foi usurpado pelo setor financeiro

Nação submissa aos interesses do “Mercado”

Metade dos recursos orçamentários da União transferidos para pagamento da dívida pública

Consequências: Sacrifício Social, Exclusão, Miséria e Violência

Terrorismo: “Não há outro caminho ”

Fazem parecer difícil (*massa retórica enganosa e desinformação*) para que acreditemos que é impossível mudar os rumos

Estratégias

AUDITORIA DA DÍVIDA com PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Núcleos regionais de trabalho para desmascarar o “Sistema da Dívida” e democratizar o conhecimento sobre a realidade financeira

MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

AÇÕES CONCRETAS

- Criar Núcleos Regionais de Auditoria Cidadã
- ARTICULAÇÃO ENTRE PAÍSES “DEVEDORES”
- Divulgação dos RELATÓRIOS PARCIAIS
- Ações nos diversos campos: Jurídico/Legal, Político, Parlamentar, Social

Respeitar os Direitos Humanos

TRANSPARÊNCIA e acesso à VERDADE



*"19 MIL CRIANÇAS MORREM POR DIA NO MUNDO DEVIDO
AO CUSTO FINANCEIRO DA DÍVIDA" (UNICEF-ONU)*

Obrigada

Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br